

USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL: a relação de afetividades dos atingidos com os lugares inundados pelos reservatórios

Reinaldo Sebastião Borges
Geógrafo e Especialista em Gestão Ambiental
reiborges@yahoo.com.br

Vicente de Paulo da Silva
Docente do Instituto de Geografia da UFU
vicente@ig.ufu.br

Resumo

Dentre as fontes energéticas exploradas, a hidroeletricidade se destaca por ser resultante da força da água, um recurso de fácil disponibilidade em alguns locais como no Brasil e que permite sua reutilização a jusante. No entanto, embora, seja uma das mais econômicas e promissoras fontes entre as alternativas energéticas convencionais a implantação de uma usina hidrelétrica, geralmente provoca alterações no meio ambiente físico, sócio-cultural e econômico que nenhuma indenização ou remanejamento reconstituirá. Novas relações se estabelecerão no novo lugar a migrar e as lembranças do outrora virarão memórias, pois, passarão a ser um mecanismo de se recontar histórias do que não se vive mais. O objetivo deste trabalho foi estudar através de pesquisas em bibliografias pertinentes, a relação dos envolvidos com os lugares inundados em conseqüências de usinas hidrelétricas. O resultado mostra que as pessoas atingidas tendem a carregar um sentimento de perda de parte de sua história por toda a sua existência.

Palavras-chave: Usinas Hidrelétricas. Impactos. Lugar.

HIDROELECTRIC POWER PLANTS IN BRAZIL: the affectivity relation of the affected in relation to places inundated by reservoirs

Abstract

Hydroelectricity stands out in the exploited energy sources because it is resulting from the water force, being a resource readily available in places like Brazil. In addition, it allows reuse to downstream. However, in spite of being one of the most economical and promising alternative energy sources from the conventional alternatives, the deployment of a hydroelectric power plant usually causes changes in the physical, socio-cultural and economic environment that any compensation or relocation can equalize. New relationships will be established in the new place of migration and memories of the past will turn Memory, therefore, it will be a mechanism to retell stories that are no longer lived. The aim of this study was to verify, through research in relevant bibliographies, the relation of people with the places flooded as consequence of hydroelectric plants. The result shows that those affected tend to carry a sense of looseness of part of them history throughout them existence.

Keywords: Hydroelectric Power Plants. Impacts. Place.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente as usinas hidrelétricas somam pouco mais de 120 anos e atualmente estão disseminadas por vários países. Neste contexto é importante mencionar que a eletricidade foi descoberta por um Filósofo grego chamado Tales de Mileto, que ao esfregar um âmbar a um pedaço de pele de carneiro em uma de suas experiências, observou que pedaços de palhas e fragmentos de madeira começaram a ser atraídas pelo próprio âmbar. Do âmbar (gr. *élektron*) surgiu o nome eletricidade. No século XVII foram iniciados estudos sistemáticos sobre a eletrificação por atrito, graças a Otto Von Guericke. Em 1672, Otto inventa uma máquina geradora de cargas elétricas onde uma esfera de enxofre gira constantemente atritando-se em terra seca.

Recebido em 10/05/2011
Aprovado para publicação em 05/11/2011

Durante o século XVIII as máquinas elétricas evoluem até chegar a um disco rotativo de vidro que é atritado a um isolante adequado. Outra descoberta muito importante foi o condensador, que consistia em uma máquina armazenadora de cargas elétricas. Eram dois corpos condutores separados por um isolante delgado. Ainda no século XVIII foi feita a famosa experiência de Luigi Aloísio Galvani onde através de potenciais elétricos produzia contrações em membros de corpos de animais mortos. Essa experiência foi chamada de pilha voltaica. Ela consistia em uma serie de discos de cobre e zinco alterados, separados por pedaços de papelão embebidos por água salgada.

Então, obteve-se pela primeira vez uma fonte de corrente elétrica estável. Por isso, as pesquisas sobre a corrente elétrica aumentaram cada vez mais. Em 1831, Michael Faraday descobre que a variação na intensidade da corrente elétrica que percorre um circuito fechado induz uma corrente em uma bobina próxima. Uma corrente induzida também é observada ao se introduzir um ímã nessa bobina. Essa indução magnética teve uma imediata aplicação na geração de correntes elétricas. Uma bobina próxima a um ímã que gira é um exemplo de um gerador de corrente elétrica alternada.

Os geradores foram se aperfeiçoando até se tornarem as principais fontes de suprimento de eletricidade empregada principalmente na iluminação. Para ocorrer a distribuição de energia foram criados inicialmente condutores de ferro, depois os de cobre e em 1850 já se fabricavam os fios cobertos por uma camada isolante de guta-percha vulcanizada, ou uma camada de pano. E finalmente em 1886 foi instalada a primeira hidrelétrica nas cataratas do Niágara localizadas na fronteira do Canadá com os Estados Unidos. Em 1875 foi instalado um gerador em Gare du Nord, Paris, para ligar as lâmpadas de arco da estação. Foram feitas máquinas a vapor para movimentar os geradores e muito incentivos à criação e desenvolvimento de turbinas a vapor e para utilização de energia hidrelétrica.

Atualmente as turbinas são acopladas a um gerador que converte a sua carga de giros aliada à velocidade em energia elétrica. Este processo que geralmente necessita da formação de reservatórios de água quase sempre resulta em inúmeros impactos de ordem sócio-cultural, econômicos, ambientais e espaciais na área de influência. Neste sentido, a implantação de uma hidrelétrica, assim como a de todo grande empreendimento, ocasiona alterações de diversas ordens aos recursos naturais dada a forma contraditória de apropriação de tais recursos.

No aspecto ambiental o principal impacto costuma ser o alagamento de importantes áreas e o desaparecimento do habitat de animais. Mesmo quando os Estudos de Impacto Ambiental são realizados de forma correta, apontando os verdadeiros impactos gerados por uma hidrelétrica, na maioria das vezes as ações de mitigação desses impactos não chegam a compensar de fato os efeitos negativos. Além disso, cada rio possui características únicas, espécies de fauna e flora próprias, vazões e ciclos particulares. Soma-se a isso o fato de que normalmente há populações ribeirinhas com realidades econômicas e sociais variadas, que ocupam áreas que são alagadas pela formação dos reservatórios.

Por esses motivos os efeitos variam de acordo com a extensão do empreendimento e cada vez mais é importante que se faça à avaliação integrada do rio e da bacia, para que se tenha a noção dos efeitos cumulativos de várias hidrelétricas. Mas, principalmente para que se possa planejar a quantidade e o modelo dessas obras, levando em conta a conservação ambiental e a manutenção da qualidade de vida da população.

Alguns aspectos muito importantes são ignorados ou passam despercebidos pela população e até mesmos pelos próprios administradores da cidade, os legítimos representantes do povo. Nesse sentido Vieira; Vainer (2005) fala que:

As empresas do setor elétrico sempre tentam mascarar o conceito de atingido, para não ter que arcar com indenizações e reparações a todos que sofrem os efeitos das obras. O Iº Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens (abril de 1989), definiu como atingidos todos aqueles que sofrem modificações nas suas condições de vida como consequência da implantação das barragens, independentemente do local em que vivem ou trabalham. E assim, todo mundo que tenha sua vida afetada de alguma forma pela construção da barragem é um atingido (VIEIRA; VAINER, 2005, p. 55).

Ainda hoje a ampliação do conceito de atingido é objeto de luta política e social. Os impactos sociais, econômicos e culturais decorrentes da construção de barragens não se limitam à área inundada. Isso significa que também são afetadas populações, que vivem a jusante da barragem e que de alguma maneira utilizam dos recursos existentes – tais como águas, florestas, pastos, estradas – destruídos pelo projeto. Em alguns casos aqueles que vivem a jusante podem ser os maiores prejudicados. Existem também populações que ficam no entorno dos reservatórios, depois das barragens construídas, e que sofrem prejuízos incalculáveis. É o caso de comunidades que ficaram muito reduzidas porque muita gente foi embora. O problema se agrava ainda mais porque, tanto para os que estão a jusante quanto para os do entorno, alguns dos principais impactos somente são sentidos depois de concluída a obra e decorridos alguns anos. Além disso, a dispersão dessas comunidades dificulta a organização e luta desses atingidos, o que faz com que muitas vezes não recebam nenhum tipo de compensação durante toda sua vida. Por isso é de maior importância, desde o início da luta e organização, envolver todos os atingidos, quer seja de forma direta ou indireta, a montante e a jusante da barragem, pois “[...] a luta dos atingidos é a luta de todos os que tiveram ou vão ter suas vidas prejudicadas” (VIEIRA; VAINER, 2005, p. 18).

Os autores acima dizem ainda que os Estudos de Impactos Ambientais e territoriais no caso de hidrelétricas, quase sempre se limitam à justificação dos empreendimentos ao invés de apresentar seus verdadeiros impactos. Eles afirmam ainda que no Brasil há uma verdadeira indústria de (Estudos de Impactos Ambiental - EIAs e de Relatórios de Impactos Ambiental – RIMAs), que não estaria interessada em questionar os empreendimentos, mas sim justificá-los a qualquer preço, mesmo que para isso seja necessário omitir informações relevantes. Essa deficiência se reflete nos inúmeros conflitos estabelecidos diante da construção de barragens para fins de geração de energia. Pode-se afirmar que os EIAs das Usinas Hidrelétricas, que são altamente impactantes, são perfeitos exemplos de como todo esse processo está defasado.

As obras, quase sempre de grandes dimensões e dotadas de alta tecnologia, normalmente causam admirações, de acordo com Sevá Filho (2001), a impressão que os visitantes guardam de uma grande barragem e de um grande lago é marcante, inesquecível até, por causa das dimensões desproporcionais, realçadas pela luminosidade especial, pelos reflexos de um espelho. E fica também o fascínio pelo maquinário, pelo mistério de toda aquela água ser transformada em eletricidade. Não é surpresa, assim, que os engenheiros e os políticos costumam repetir insistentemente, seus elogios à tecnologia, ao retumbante “domínio do homem sobre a natureza”. Entretanto, convém ser mais realistas, avaliar o quanto de fato a natureza perdeu, e quanto os moradores e seus descendentes perderão. Para quem viveu muitos anos nas regiões atingidas e pode testemunhar as transformações e também para alguns pesquisadores, que se empenharam em compreender os sinais vitais do planeta, fica a certeza de que a região atingida tem um destino preocupante e revoltante: a degradação, os riscos, a reação do planeta contra a mutilação de seus ciclos, o estreitamento das possibilidades futuras, o empobrecimento dos recursos vitais e sociais.

Embora a utilização dos recursos renováveis como os hídricos sejam uma fonte de importância em nossa matriz energética, considerando a amplitude e dimensão dos cursos d água existentes em território brasileiro, muitos impactos resultantes da implantação de empreendimentos que contribuíram para a eficiência energética tomam um espaço anterior e descaracterizam, em grande parte, atividades geradoras de substancial contribuição econômica, além dos impactos ecológicos e irreversíveis não somente na área de entorno, mas numa determinada região como um todo.

A implantação de uma usina hidrelétrica, assim como a de qualquer grande empreendimento provoca alterações no meio ambiente físico, sócio-cultural e econômico. Essas alterações ou, impactos muitas vezes são prejudiciais aos recursos naturais como, por exemplo, os minerais, os quais são explorados por alguns setores como meio de sustentação econômica e desenvolvimento regional.

De acordo com Sevá Filho (2001), muitas bacias de importância continental estão inteiramente barradas ou com vários barramentos, e alguns países como no Brasil e outros das Américas do Sul e Central, a Noruega e o Canadá tem uma predominância quase total de fontes hídricas na geração de eletricidade

Ainda segundo o autor, é lógico concluir que nesses países, em muitas de suas principais

bacias fluviais os rios mestres e afluentes importantes foram barrados e que alguns trechos de rios quase inteiros, foram praticamente monopolizados para a produção de eletricidade. Além dos diferentes problemas ambientais, têm-se os sociais, como os conflitos com grupos nativos, moradores antigos, pescadores, barranqueiros, oleiros das várzeas aluvionais, obrigando à perdas testemunhais e históricas das localidades. Além de destruir as matas e culturas agrícolas existentes nas áreas de construção, ainda tem o dramático processo de expulsão e de dispersão ou reorganização sócio econômica das cidades e habitações rurais atingidas. No caso de relocação de uma cidade as populações são atingidas diretamente através do alagamento de suas propriedades, casas e áreas produtivas. Existem também os efeitos indiretos como perdas de laços comunitários, separação de comunidades e famílias, destruição de igrejas, capelas e inundações de locais sagrados para a comunidade.

2. A IMPORTÂNCIA DO LUGAR PARA O SER HUMANO NO CONTEXTO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO PELAS HIDRELÉTRICAS

No contexto em questão é importante valorizar o papel do lugar, Relph (1979) aponta que o lugar está intrinsecamente ligado a dois aspectos: identidade e pertencimento aos ambientes. O autor aponta que *lugar* não se refere a objetos e atributos das localizações – refere-se ao tipo de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e de segurança. Para Chaves; Gonçalves (2000):

O conceito de lugar ganha outra dimensão no estudo geográfico, a partir da análise perceptiva, que, amparada na filosofia fenomenológica e existencialista, analisa os valores e representações mentais que os homens desenvolvem no processo histórico, destacando os aspectos qualitativos dessa relação. Com isso, o pressuposto da produção material da sociedade como base de análise, é acrescido o conteúdo subjetivo, determinando, necessariamente, formas de abordagens que valorizam os sentimentos dos sujeitos históricos em relação às paisagens vividas (CHAVES; GONÇALVES, 2000, p. 27).

Tuan (1980) trabalha com o conceito de topofilia, entendido como o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico que inclui os laços afetivos dos seres humanos com o ambiente material, percebidos através de experiências e percepções que desencadeiam sensações diferenciadas no corpo.

O conceito de lugar tem sido alvo de diversas interpretações ao longo do tempo entre os mais variados campos do conhecimento. Uma das mais antigas definições de lugar foi apresentada por Aristóteles. Para ele o lugar seria o limite que circunda o corpo. Alguns séculos adiante, Descartes busca um aprimoramento do conceito introduzido por Aristóteles afirmando que além de delimitar o corpo, o lugar deveria ser também definido em relação à posição de outros corpos (RIBEIRO, 1993).

Na Geografia particularmente, a expressão “lugar” constitui-se em um dos seus conceitos-chave. Apesar das amplas reflexões já realizadas a cerca do seu significado, pode-se afirmar que este conceito é o menos desenvolvido neste campo do saber. Porém, é possível identificar duas acepções principais, sendo estas consideradas em dois de seus eixos epistemológicos: o da Geografia Humanística e o da Dialética Marxista.

No campo da Geografia Humanística este conceito surge no âmbito da sua consolidação no início da década de 70. Sua linha de pensamento caracteriza-se principalmente pela valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. Para tanto houve um apelo às filosofias do significado – fenomenologia, existencialismo, idealismo – que em essência busca preencher o ser.

A idéia de lugar para de Milton Santos (1994, p. 36) é entendida como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário, a partir de duas construções: a configuração territorial e normal, mesmo que efêmera. A estrutura é tão importante quanto à duração do fenômeno. Mas como são as pessoas e os lugares que se globalizam, o espaço se torna único. A globalização

tenta impor uma única racionalidade ao mundo. Para esse autor, a diferença entre lugar e região é hoje menos relevante do que antes, por isso destaca que:

quando se trabalha uma concepção hierárquica e geométrica do espaço geográfico. Aí, a região pode ser considerada como um lugar, sempre que se verifique a regra da unidade, e da contigüidade do acontecer histórico. E os lugares - veja-se o exemplo das grandes cidades - também podem ser regiões, nas quais o tempo empirizado acede como condição de possibilidade e a entidade geográfica como condição de uma espacialização prática, que cria novos limites e solidariedades sem respeitar as anteriores... Os lugares se definem, pois, por sua densidade informacional e por sua densidade comunicacional cuja função os caracteriza e distingue. Essas qualidades se interpenetram, mas não se confundem (SANTOS, 1996. p. 145).

Revela o autor acima que mais importante do que a consciência do lugar é a consciência de mundo que se tem por meio do lugar. Hoje em dia, além da geografia muitas disciplinas têm contribuído com aportes significativos no entendimento do espaço. Destacam-se, entre outros, os papéis relevantes da psicologia ambiental, da antropologia e da ecologia. Rapoport (1978, p. 178) é um dos grandes divulgadores do referencial humano na definição do lugar, ao chamar a atenção para o papel dos sentidos, no qual a visão é a dominante pela quantidade de informações que permite (distância, textura, luz, cor, forma, contrastes etc), mas sofre influências de cada cultura. Já a ambigüidade emotiva do olfato valoriza e dá identidade ao lugar, ainda que com significados sociais: como o cheiro. Em cada volume da trilogia de Jorge Americano sobre São Paulo, este autor registra longas listas dos cheiros de sua cidade, inclusive na perspectiva temporal que os modifica. O som tem o papel de enfatizar o espaço, mas é transitório. Já o tato serve não só para perceber a textura, mas, sobretudo o tipo de espaço que existe no solo, tão importante para os cegos. Além destes, Rapoport (1978) destaca a importância da sinestesia que permite as mudanças de posição e novas percepções

Ao se pensar na estrutura da personalidade do lugar, a paisagem assume especial destaque, pois é precisamente dela que nos chega muito da percepção. Como externalidade, resulta sempre do casamento do que uma sociedade herda e se apropria, com aquilo que suas necessidades praticam. Ou seja, é o conjunto de formas num dado momento e por isso mesmo algo que está sendo sempre refeito na mesma matriz. Para Milton Santos (1996), ela se distingue do espaço por não ter animação, embora outros autores não concordem com isso. Seu estudo se constitui em ciência que não pode ser entendida; sem alusão às condições ambientais, com ações e reações dinamicamente recíprocas.

No entanto, não pode-se negligenciar o ponto de vista humano sobre o espaço banal. Em poucas palavras, o lugar só existe com a reunião e organização de vários aspectos. Mas dada à efemeridade destas construções: memória coletiva, modismos da arquitetura e do urbanismo, a atual prevalência do individualismo no gosto etc. A geografia física poderia ser o fator mais estável na definição da essência do lugar, o vetor de mediação de certas categorias construtivas. Já se sabe que o espaço é constantemente modificado pela história, a questão estaria em se buscar manter os traços ditos naturais, o mais próximo possível de suas formas originais, numa perspectiva bastante preservacionista, trata-se de resistir. Neste aspecto o lugar é um centro de significados construídos pela experiência (TUAN, 1980. p. 110).

Trata-se na realidade de referenciais afetivas as quais desenvolvemos ao longo de nossas vidas a partir da convivência com o lugar e com o outro. Eles são carregados de sensações emotivas principalmente porque nos sentimos seguros e protegidos (Mello, 1990); ele tanto nos transmite boas lembranças quanto a sensação de lar (TUAN, 1975). Nas palavras de Buttimer (1985, p. 228), "lugar é a somatória das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas".

3. A RELAÇÃO DE AFETIVIDADE COM O LUGAR

A relação de afetividade que os indivíduos desenvolvem com o lugar só ocorre em virtude de esses voltarem para ele munidos de interesses predeterminados, ou melhor, dotados de uma

intencionalidade. Os lugares só adquirem identidade e significado através da intenção humana e da relação existente entre aquelas intenções e os atributos objetivos do lugar, ou seja, o cenário físico e as atividades ali desenvolvidas (RELPH, 1979). Nas palavras de Tuan (1980, p. 110), o lugar “é criado pelos seres humanos para os propósitos humanos”. O autor afirma ainda que há uma estreita relação entre experiência e tempo, na medida em que o senso de lugar raramente é adquirido pelo simples ato de passarmos por ele. Para tanto seria necessário um longo tempo de contato com o mesmo, onde então houvesse um profundo envolvimento. No entanto, seria possível a um indivíduo apaixonar-se a primeira vista por um lugar tal qual por uma pessoa (TUAN, 1983). Em contraste, uma pessoa pode ter vivido durante toda a sua vida em determinado local e a sua relação com ele ser completamente irreal, sem nenhum enraizamento.

O lugar pode ser definido como o espaço dotado de função e valor. Cada sociedade e indivíduo pode estabelecer, para com o espaço vivido, uma relação que envolve funções práticas, criando lugares como de trabalho ou descanso, e também uma relação valorativa envolvendo questões subjetivas e afetivas. Nasce assim, lugares de memória, lugares queridos e também lugares de repulsa e ressentimento.

No caso de construção de grandes reservatórios, relocações de comunidades, os projetos até podem apresentar soluções de problemas para uma grande parcela da sociedade, como a oferta de energia elétrica. Mas para uma minoria, com a modificação da paisagem e a inundação de extensas áreas há perda de lugares onde se vivia, e que assim se estabeleciam relações de função de valor.

Tuan (1980, p. 110) conceitualiza os sentimentos que um ser social ou cultural podem ter em relação aos lugares. Estes sentimentos são os de topofilia e seu oposto o de topofobia. O sentimento topofílico pode ser definido como “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”, já o conceito de topofobia seria o sentimento de aversão a determinados ambientes.

O sentimento de topofilia é variável em intensidade e modo de expressão, sendo essa a afetividade por certo ambiente, uma resposta provocada por uma apreciação estética ou por fatores mais perenes como o local de sua origem ou, onde encontra seu meio de vida. Neste sentido Tuan (1983) conceitualiza:

A palavra topofilia é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentimento amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode basicamente estética: em seguida pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista até a sensação de beleza igualmente fugaz, mais muito intensa que é subitamente relevado. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra. Mas permanentes e mais difíceis de expressar são os sentimentos que temos para com o lugar, pode ser o lar, o lócus de reminiscência e o meio se ganhar a vida (TUAN, 1983, p. 108).

Os sentimentos topofílicos também variam de acordo com a cultura, e assim como esta muda ao longo do tempo. Para entender as atitudes e preferências do grupo é necessário, no entanto, conhecer a história cultural e a experiência das pessoas no contexto de seu ambiente físico. Desta forma, os que habitavam uma área antes da construção de represa, poderiam ter sentimentos topofílicos com o local, já após a inundação de seus lugares, a represa pode evocar sentimentos topofóbicos. Isso pode ocorrer, pois a represa destrói frutos de processo histórico cultural que leva ao topocídio. Este termo define a aniquilação deliberada dos lugares. Essa aniquilação decorre de uma posição ideológica e cultural frente ao ambiente que é transformado, visando moldá-lo a fim de atender necessidades e anseios da sociedade.

Ao analisar as modificações ocorridas em lugares de Minas Gerais, devido a construção de represa, neste caso, precisamente na cidade de Nova Ponte (MG), Amorim Filho (1999), comenta:

[...] como nos casos menos divulgado e relativamente, estudado, de lugares e bens danificados ou aniquilados por águas deliberadamente represadas com a finalidade de produzir energia elétrica. Esta é uma questão polêmica, pois, embora se trata de perdas motivadas por uma causa econômica e socialmente justificável, não elimina o fato de que, em muitos casos ocorrem verdadeiros topocídios. Tal foi o caso de Nova Ponte, que teve sua área rural e sua sede municipal inundada pelo represamento no Alto Paranaíba Mineiro (...). A população perplexa e impotente tomou conhecimento da inevitabilidade do desaparecimento definitivo, não apenas de sua cidade, mas de lugares e paisagem carregados de suas memórias, emoções e mais caros valores. Para eles foi uma dolorosa perda de referencial topofilico. Enquanto para outros as preocupações mais imediatas era as perdas de suas casas e a necessidade de recomeço de vida na nova sede municipal construída a três quilômetros de distância. Por um lado uma série de dramas e tensões no nível individual e familiar, pelo os outros a perda da personalidade histórico-cultural, pois que dela faz parte sua base territorial, formada pelos os lugares e paisagens valorizados (AMORIM FILHO, 1999, p. 147).

Aniquilados os traços da população originária e ausentada a possibilidade de leitura da história e identidade local pelos os que passam pela represa, estas se assemelham a não-lugares. Os lugares são frutos da ação humana, de uma forma identitária de apropriação para a vida. A identidade do cotidiano está ligado ao conhecido e reconhecido; aos lugares habitados, onde se percebem as marcas e os resíduos de outros tempos. Através dessa identidade, os moradores são capazes de reconhecer a paisagem e ler tudo o que nela se mostra com coerência, pois diz respeito as suas vidas, aos sentidos por eles atribuídos por práticas sociais advindas de uma acumulação cultural que se inscreve no espaço. O não-lugar seria então, não somente a negação do lugar, mas também um produto de relações outras; diferencia-se do lugar por um processo de constituição, onde se produzem novos comportamentos e modos de apropriação dos lugares. Assim a aproximação das represas a exemplo de não lugares é justificada, pois estas possuem características como negação da identidade, da história e das formas de apropriação originárias que caracterizam os chamados não lugares, onde o sentido do lugar é perdido, transformando-se em espaços vazios e de ausência identitária.

Nenhuma indenização ou remanejamento reconstituirá o cotidiano da população atingida. Novas relações se estabelecerão no novo lugar a migrar e as lembranças do outrora virarão memórias, pois, passarão a ser um mecanismo de se recontar histórias do que não se vive mais no cotidiano, por isso ser memórias. Dentre os sentimentos latentes este cenário é propício para que a exclusão e a expropriação causada dentro de um regime democrático, venha criar os sentimento de topofobia para com as represas e também de ressentimentos nos grupos atingidos. As vertentes dos ressentimentos, segundo Ansart (2001, p. 18), são três: o primeiro compõem-se de sentimentos difusos de ódio; o segundo é a sensação de ser impotente para exprimir de forma ativa esses sentimentos; o terceiro é a experiência continuamente renovada de impotente hostilidade. Já que desapropriações dessa natureza são legitimadas e implicam em perda para um grupo minoritário. Os sentimentos de impotência, de hostilidade surgem e com eles os ressentimentos, frutos de uma experiência negativa para os poderes que deveriam lhe assegurar a proteção de seu espaço físico e social através do regime democrático. Para Ansart (2001):

O regime democrático favorece ou desfavorece a formação de ressentimento? Pode ele significar de alguma forma, uma terapia contra o ressentimento? Formulando estas questões, retomamos de um ponto de vista renovado, uma antiga interrogação: a de Platão, que examinava quais eram as suscitadas pela diferentes constituições da Grécia; a de Alex de Toqueville, que pesquisava quais as paixões gerais e dominantes da aristocracia e as opunha em paixões democráticas (ANSART, 2001, p. 23).

Por outro lado, o mesmo regime democrático abre possibilidades, através dos movimentos sociais, para expressões de hostilidades, transformação dos sentimentos em reivindicações racionalizadas e abrandamento destes pela tomada de consciência das oposições de interesses. A eficácia da democracia constituiria assim em permitir romper os sentimentos de impotência, arrancando os indivíduos de suas rumações rancorosas, fazendo deles seres responsáveis por si próprios e membros ativos de uma sociedade participativa.

Assim, a perda de um lugar onde se construíra uma identidade, pode ser revertida em uma nova estruturação indetentária a partir do momento em que o grupo tem consciência dos efeitos negativos das grandes obras sobre as suas vidas. Essa identidade coletiva é forjada pelo sentimento de que se foi vítima do progresso, de que se foi esquecido pelas leis que deveriam dar a proteção necessária, de que se é uma minoria com problemas, história e perspectivas em comum. A identidade do atingido se contrapõem ao discurso do progresso e dos benefícios. Passa-se então para o discurso da “desgraça” sobre as suas vidas. Trata-se de uma identidade que se constrói em face do sentimento relativo a uma situação de expropriação, mas que se define também enquanto bandeira de luta por direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas atividades desenvolvidas e executadas neste trabalho, chega-se a conclusões relevantes para a compreensão da complexidade dos fatos do ponto de vista perceptivo, relacionados ao estudo de caso da implantação de usinas hidrelétricas com relocação de comunidades.

Nenhuma indenização ou remanejamento reconstituirá o cotidiano de uma população atingida. Novas relações se estabeleceram no novo espaço urbano e as lembranças do outrora vêm na memória, pois, passarão a ser um mecanismo de se recontar lembranças do que não se vive mais.

Em geral a comunidade sofre de diversas maneiras, acredita-se que quase a metade da população de uma comunidade relocada se muda para outros municípios na transição das cidades. Outro impacto muito significativo é o processo migratório local resultante das obras. Geralmente a cidade passa a ter sua população muito miscigenada. Um outro fator agravante identificado é o número de mulheres que se tornam mães em relacionamentos, que assim como a obra, são passageiros. São problemas que às vezes passam sem a devida análise pela sociedade, mas que podem gerar problemas por várias gerações.

As pesquisas nos mostram que mesmo após muitos anos as pessoas não se esquecem das riquezas naturais que ficaram submersas, principalmente as áreas de terras férteis, quedas de água, pontos pesqueiros e outros de valores sentimentais, como praças, igrejas, escolas, escadarias, bares etc.

Não é difícil concluir que ao inundar uma cidade, de alguma maneira se está apagando uma parte do passado da população local. Embora, a nova cidade e toda a sua estrutura possa oferecer mais confortos e vantagens no que se refere à qualidade de vida, os laços afetivos com o lugar são muito valiosos em uma comunidade e, no entanto, as perdas se fazem irreparáveis, sem mecanismos de compensação. Para os empreendedores fica a sugestão que em projetos dessa natureza, sejam desenvolvidos recursos ainda inexistentes para amenizar a geração de impactos, uma delas, indispensável é a criação de atrativos para que a população não se disperse na fase de transição e se mudem para outras cidades.

Os governos e investidores que constroem usinas percebem puramente um espaço de uso, talvez subjetivo, pois tamanho é o grau de materialização que os conduz. Os sujeitos que dependem dos recursos como a terra e água para sobreviver, são inexpressivos no conjunto do espaço geográfico. Assim, a desterritorialização das famílias torna-se apenas mais uma das “tarefas” a ser executadas pelos investidores.

Aos poucos as famílias tornam-se parte do mundo que se configura grande e pequeno. Isso por ocasião de uma política que simultaneamente ao processo de globalização, dispersa os pontos de referências, gera grandes antagonismos, dissolve as fronteiras, dando a impressão de a população estar flutuando, uma sensação de perda de referencial. Perceber isso é muito difícil, pois as pessoas tendem a esconder seu sofrimento. Porém, basta falar sobre algo que

está sempre na memória dessas famílias, para que se percebam os sentimentos expressados sobre o processo de desterritorialização.

De qualquer forma, a desterritorialização é uma expressão da retirada das pessoas de seus referenciais pessoais e também dos vínculos afetivos que os ligam ao mundo material e social. Viver em sociedade implica conjunção desses elementos numa perspectiva de que o ser humano possa criar seu espaço e constituir suas marcas no território que servem como aporte de sua identificação. Isso significa se territorializar por conta das demandas não estará respeitando o desejo, os estímulos que norteiam o ser humano.

Para muitas famílias, mudar para uma nova cidade significa perder a terra, a casa, o compadrio e também o seu modo de vida, a sua identidade. Esse valor que é simbólico, torna-se um peso na vida dessas famílias, pois ao se darem conta que a situação não irá mudar, passam a sentir em vida, o real sentido de transgressão e agressão ao modo de vida que haviam escolhido, numa área territorial menor, com menos liberdade de expressão e vigiados pelos olhares de desconhecidos. Em geral há confinamento dentro de suas próprias casas como espectadores de um objeto presente, que é a UHE, que tem grande importância em todo esse processo, mas que não faz parte do cotidiano em que vivem.

A pressão que existe em muitos lugares no mundo, em especial no Brasil, para que se construam usinas hidrelétricas é indiscutivelmente acirrada e representativa. Isso remete a uma outra discussão, verificar se os territórios que se formam por ocasião da implantação das usinas apresentam a característica de estarem sendo construídos por seus ocupantes, haja vista, que aproximadamente 1 milhão de pessoas já foram atingidas por hidrelétricas no território nacional. Esse posicionamento é que se reflete nos objetivos de existir um território, para que assim as populações tenham fixação com o direito do livre arbítrio, respeitando a sua cidadania.

5. REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, O. **Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais**. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. *Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- ANSART, P. **História e memória dos ressentimentos**. In: BRESCIANI, S. NAXARA, M. (Org). *Memória e (re)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: editora da UNICAMP, 2001.
- BUTTNER, A. **Aprendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, Antônio Carlos (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. p. 165-193.
- CHAVES, M, R; GONÇALVES, J, R. **Contribuição da percepção ambiental à compreensão da destruição de lugares: O cotidiano e as expectativas dos moradores do povoado de olhos d'água-Catalão/GO**. Espaço em Revista – Curso de Geografia, Catalão: UFG. Ano 3, n. 1., 2000, p. 27-28.
- LEME, Fernanda Beraldo Maciel. **As represas como lugares turísticos: Novas significações e valorizações de uma paisagem sem memória**. *Cultur*, ano 01, n. 01. out/2007. Edição especial, p. 66-178. Disponível em: <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao1/artigo6.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2008.
- RAPOPORT, A. **Aspectos humanos de la forma urbana: hacia una confrontación de las ciencias sociales con el diseño de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.
- RELPH, E. C. **As Bases Fenomenológicas da Geografia**. *Geografia*, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- RIBEIRO, W. C. 1993. **Do Lugar ao Mundo ou o Mundo no Lugar?** *Revista Terra Livre*, São Paulo: n. 11-12, p. 237-242.
- SABBAG, Omar Jorge: Tese de Doutorado. **Impactos da Construção da UHE 'Três Irmãos'**. 2006. 139 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente: 2006.
- SANTOS, M. **O retorno do território**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo Editora: Hucitec, 1994.

SEVÁ FILHO, A. O. **Eletricidade, rios, combustíveis e os problemas para a sociedade**. In: JORNADA CIENTÍFICA DA AUGM SOBRE MEIO AMBIENTE, 4., 2001, Anais...Campinas: UNICAMP, 2001, p. 03-10.

TUAN, Y Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL. 1980.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. The Geographical Review, New York, v. 6, n. 2, p.151-165, abr. 1975.

VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia B. **Movimento dos Atingidos por Barragens**. Manual do Atingido. Rio de Janeiro: MAB/ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2005.